

DA EDUCAÇÃO POPULAR AO BEM ESTAR SOCIAL: PANORAMA PARA A SUPERAÇÃO DO BRASIL BOLSONARISTA

Lucas Leon Vieira de Serpa Brandão ¹

RESUMO

Transformamos pobres em consumidores, não em cidadãos. A frase, dita ainda em 2018, pelo ex-presidente do Uruguai, Pepe Mujica, representa uma categoria de análise fundamental para compreender o processo de avanço neoliberal e ao mesmo tempo conservador que se passa na América Latina, assim como permite pensar “remédios” para desvestir essa lógica e pensar a pluralidade e a inclusão social, bem como o bem-estar social a partir da educação popular. O romantismo político ocasionado pela mobilização social da “nova classe média” em busca de reformas estruturais esvaziadas deu mote a ascensão, no Brasil, do governo de direita do, agora presidente, Jair Bolsonaro. Em um panorama amplo, a impossibilidade de acesso a uma educação libertadora pautada na educação popular e na inclusão, geraram efeitos colaterais inesperados, e a sua efetivação a partir de cortes graduais na educação aumenta ainda mais o abismo que nos coloca em vias de banalização dos processos de humanização. Compreender a lógica desafiadora que, a princípio, coloca temas opostos como polarização política e inclusão social em um espectro maniqueísta, talvez traduza a possibilidade de traçar caminhos que fortifiquem, agora, o acesso à educação popular para compreensão de si e da realidade e possa convergir para uma superação do bolsonarismo.

Palavras-chave: educação popular, inclusão social, bolsonarismo, educação, sociologia da educação.

INTRODUÇÃO

As eleições presidenciais de 2018 trouxeram consigo uma imensa ruptura na estrutura histórica-social do Brasil. Seu resultado, todos já sabem: a eleição de Jair Messias Bolsonaro como presidente de República Federativa do Brasil - responsável pelo governo e direcionamento do país pelos próximos quatro anos. A eleição de Bolsonaro como presidente, traz como base a efetivação de uma agenda econômica liberal, com ataques frequentes as instituições sociais e um (re) aproveitamento de um temor social emergido da recessão econômica, que vem a representar, também, uma recessão democrática no país.

Foi sendo considerado uma piada política na democracia, que Jair Bolsonaro conseguiu sua fama, projetou suas intenções e ascendeu ao cargo de presidente da república. Apregoado a uma imagem de outsider a política brasileira, o político de carreira, permaneceu durante 26 anos à frente do cargo de deputado federal sem quaisquer proposições efetivas para

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade de Pernambuco - UPE, lucas_serpab@hotmail.com;

a sociedade brasileira. Em um estilo arrogante e até mesmo insolente, Jair Bolsonaro busca através da radicalização do seu discurso o incrustamento de ideias assombrosas e utiliza-se da era das fakes news para disseminar desinformações que garantiram e garantem o sustentáculo do seu governo, sedimentando seus seguidores como uma “massa de manobra” inconsciente e facilmente levada.

Os primeiros sete meses de seu governo são marcados por escândalos e acusações criminosas, agenda de desmontes, despreocupação com o bem-estar social e uma efetiva contenção social através de cortes e institucionalização de um caos midiático. Assim, iniciam-se os ataques recorrentes a um dos pilares essenciais para manutenção, melhoria e progressão da sociedade: a educação. Inimigo das diretrizes e pesquisas científicas, da universidade e condicionado por um conhecimento envolto de achismos pessoais e desligado da realidade, o governo Bolsonaro passa a fomentar, então, fatores deseducativos instalando um estado de dúvida e questionamento permanente a conhecimentos já consolidados e comprovados cientificamente que passam a se disseminar facilmente por seus eleitores como uma forma de marcador pessoal autoritário e símbolo de um conhecimento sem justificativa.

A população segue à risca, nesse sentido, os pensamentos orientados da figura representativa do Brasil construídos a partir de um temor social incondizente com a realidade e com projeções que já se mostraram que não irão se cumprir. Compartilhando com ele aspectos ideológicos, políticos e culturais, baseados em oposição a movimentos políticos e sociais, estruturado em um ideal de família com um nacionalismo exacerbadamente mentiroso e entreguista, surge um movimento ao qual pesquisadores (LOFF, 2019; COIMBRA, 2019; KALIL, 2019, PINHEIRO-MACHADO & SCALCO, 2018) irão chamar de Bolsonarismo, um braço do movimento de extrema-direita com ares regionalistas.

Essa nova classe beligerante e atônita resguarda as falas do presidente de forma a sustentar suas posições e se afastam cada vez mais, e de forma frequente, de tendências humanizadas, aparentando desconhecer totalmente os entraves sociais, a realidade social e as desigualdades como marcadores sociais. Além disso, aparentam estar envolvida em uma bolha social suspensa da realidade concreta e objetiva que envolve o seio da sociedade brasileira. É importante salientar que embora haja uma tendência de perfil de bolsonaristas, seus defensores são parte de uma classe heterogênea de difícil categorização. Mas, uma coisa os agregam: o temor a políticas públicas de inclusão social e o aversamento a construção do conhecimento socialmente referenciado, pactuado com a verdade e ligeiramente libertador.

A disjunção da percepção por parte da população bolsonarista – que aparenta ser maioria – revela uma problemática educacional profunda que acarretou uma terrível perda de

humanidade à medida que o próprio discurso bolsonarista se tornou cada vez mais violento, segregador e incomodo no pleito de um possível estado de bem-estar social. A familiarização ao discurso odioso revela que a educação como fator humanizante na trajetória desses sujeitos falhou por completo, assim, a sua desumanização e seu afastamento da compreensão da complexa formação social revela que é necessária uma revolução do educar e no processo de formação dos sujeitos para que se aproximem cada vez mais de suas realidades de modo a permitir a compreensão da realidade de forma clara, objetiva e concreta.

Contudo, pensar o Brasil contemporâneo a partir de uma abordagem socio-histórica atual, percebendo os meandros da política e da educação em tempos difusos requer, principalmente, um exaustivo trabalho de projeção que não pode se perder em singelas constatações desligadas da realidade ou ligeiramente utópicas - ao qual não nos deteremos, mas propiciaremos o incentivo a novas pesquisas. Pensar a educação no meio do obscurantismo e entre os ataques frequentes da figura máxima do país e seu ministro, é pensar o futuro para uma saída condizente e garantir a efetivação do papel fundamental da educação: a humanização dos sujeitos. Pensar a projeção do futuro requer acima de tudo a visualização do passado e a construção histórica e social do objeto estudado para assim entender o processo de sua estruturação. Nesse caso, pensar a educação é entender de que forma a sua estrutura se modifica de modo a atender os processos e a organização da sociedade, bem como suas contradições, de modo a construir um futuro mais justo e igualitário por meio do acesso a educação e a formação crítica e consciente da realidade.

Assim, compreendendo o processo de desmonte e desorganização das instituições e agências nacionais, que mantêm, fomentam e garantem o acesso a políticas públicas de diferentes níveis, como um instrumento usado como fundamental para manutenção de dominação e causa da letargia social que acompanhamos, entenderemos o novo processo sócio-histórico inautêntico que se constrói pela realocação da realidade pelo seu oposto e poderemos pensar sua neutralização, uma contrapartida e uma nova forma de atuação libertadora em busca do bem-estar social e da educação como humanizadora, superadora e emancipacionista. E é nesse espectro que Freire (2005) já considerava que como antídoto dessa desorganização pragmática e programática estaria a organização consciente e a problematização da via dos processos, ou seja, uma problematização criticamente consciente da realidade que estaria em par com a condição para o processo de libertação.

A educação como processo de libertação, problematizada e criticamente consciente deve se aproximar da realidade dos sujeitos e seus contextos para sustentar a visualização da realidade e a compreensão da inserção destes no espaço sócio-histórico, entendendo o processo

de ensino-aprendizagem como processo interminável e frequente onde não se pode requerer um produto e nem a sua mercantilização. E é esta a função da escola, do educar e do papel social do professor.

Dessa forma, este trabalho tem como função a compreensão dialógica da educação – principalmente a educação popular – como antídoto ao Bolsonarismo, esta nova classe formada a partir do ódio e da objeção as instituições sociais no Brasil, revelando sua atuação como libertadora e socialmente referenciada na construção de um bem-estar social a partir da compreensão da realidade que envolve os sujeitos, se caracterizando, assim, como uma revisão bibliográfica a partir de uma abordagem sócio-histórica acerca dos temas em questão.

METODOLOGIA

Partindo da compreensão de Molon (2008) que traduz a pesquisa como

uma atividade humana mediada socialmente, ou seja, como prática social, política, ética e estética que visa a criação de um novo conhecimento, produzido e apropriado com inventividade e rigor científico, que implica necessariamente a transformação de algo, quer seja nos sujeitos envolvidos direta e indiretamente, quer seja de estudos pesquisados. (MOLON, 2008. p. 57)

compreendemos a abordagem sócio-histórica aplicada a pesquisa qualitativa, e nesse caso a revisão bibliográfica a partir desta, como a que melhor direciona a percepção do objeto estudado, uma vez que para Freitas (2002)

Produzir um conhecimento a partir de uma pesquisa é, pois, assumir a perspectiva da aprendizagem como processo social compartilhado e gerador de desenvolvimento. Essa proposição metodológica é coerente com toda sua teoria dialética de compreensão dos fenômenos humanos. Partindo da premissa básica de que as funções mentais superiores são constituídas no social, em um processo interativo possibilitado pela linguagem e que antecede a apropriação pessoal, Vygotsky também vê a pesquisa como uma relação entre sujeitos, relação essa que se torna promotora de desenvolvimento mediado por um outro. (...) O pesquisador, portanto, faz parte da própria situação de pesquisa, a neutralidade é impossível, sua ação e também os efeitos que propicia constituem elementos de análise. (FREITAS, 2002. p. 25)

Assim, a compreensão do objeto deve não apenas se limitar ao ato contemplativo, mas estabelecer com ele um diálogo, invertendo, dessa forma, o polo de interação-objeto para polo relação-objeto. Isso permite não apenas a explicação do objeto, produto de uma única consciência, mas a compreensão entre vários sujeitos, supondo-se uma interação dialógica. Nesse sentido, trabalhar com a pesquisa qualitativa em uma abordagem sócio-histórica consiste

em preocupar-se com compreensão dos eventos, sua descrição e a busca com suas relações, integrando o individual com o social (FREITAS, 2002)

Dessa forma, a utilização dos métodos da abordagem sócio-histórica na pesquisa qualitativa permite o aprofundamento da reflexão teórica, buscando a análise dos processos e não necessariamente do objeto, numa tentativa de revelar as relações reais causais e hierarquizadas ocultas dos fenômenos, e assim revelar suas gêneses e dinâmicas. (MOLON, 2008)

No que concerne à pesquisa bibliográfica, esta tem vários objetivos, entre eles: proporcionar a apreensão de determinada área de conhecimento, além de oferecer subsídios para redação do trabalho científico. Caracteriza-se ainda como um trabalho investigativo a partir de métodos como a limitação do tema-trabalho, levantamento de informações relevantes, aprofundamento e expansão da busca, localização de fontes, leitura e redação permitindo a postulação de hipóteses e interpretações que poderão servir para a realização de outras pesquisas. (PIZZANI et al, 2012)

DESENVOLVIMENTO

A educação é dimensão essencial no processo de evolução dos seres humanos, caracterizando-se como um apanhado de conhecimentos que propiciam a relação com o meio, a compreensão da realidade e o atendimento das normas sociais e suas instituições, bem como o convívio com tudo que está em torno do sujeito desvestindo a realidade e avançando sobre a complexa teia de contextos que envolvem os sujeitos, estabelecendo o bem-estar social e a efetiva garantia dos direitos. A palavra, princípio da educação, é a sua mais profunda expressão de humanização e representa acima de tudo poderes, sendo, muitas vezes, a sua efetivação dada através do uso indiscriminado de sua materialização para controle coletivo gerando a correlação de discursos e silenciamentos. (BRANDÃO, 2006)

É dentro deste aspecto desigual, ordenado pelo Estado, inserido em uma democracia restrita - o que segundo Fernandes (2008) é causa de uma revolução burguesa, de procedimento autocrático (como a figura de Bolsonaro) , válida para os considerados iguais² excluindo-se os considerados despossuídos, beneficiadora das classes possuidoras e altamente controladora das classes populares - que se passa a definir a condução das palavras e do conhecimento – este

² Aqui consideram-se os iguais os homens, brancos, cis, heteronormativos e socialmente aceitos dentro do espectro político atual nas decisões governamentais para a população no geral, tidos como representativo de toda uma sociedade plural.

desigualmente repartido e hierarquizado – consagrando a legitimidade do conhecimento e estabelecendo uma (nova) ordem social. Assim, a forma como a educação é praticada pode representar tanto uma opressão sistemática dos sujeitos como a sua própria libertação.

É nesse sentido que Foucault (2014) contribui afirmando que em toda sociedade a reprodução do discurso é controlada, selecionada e organizada por uma quantidade de procedimentos que tem por função a garantia de poderes, dominação de acontecimentos e esquivamento da materialidade. Na sociedade em que vivemos, esse mesmo controle de discursos é procedimental e primordial para exclusão, pois não dá aos sujeitos o direito de dizer tudo, mas fomenta direitos privilegiados e exclusivos aos sujeitos que se fundam como sujeitos de fala. E assim, acrescenta: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. (FOUCAULT, 2014. p. 10)

A negativa ao processo de construção do conhecimento ou da apreensão dos dados da realidade em uma tentativa de apropriar-se do mundo traduz o efetivo abismo social que fundamos no Brasil contemporâneo. Não é de hoje que sabemos que conhecimento/saber é poder e muito menos que a construção simbólica do conhecimento representa, socialmente, patamares hierárquicos que nos colocam em pólos de efetivação e garantias de direitos ou sua exclusão. Contudo a residência do problema é quando esse conhecimento/discurso desagrega e impossibilita o bem-estar social revelando os interesses do Estado no processo de condução dos sujeitos. Assim, Saviani (2012) descreve que há uma contradição que marca a educação. Nesta, reside um sentido estratégico importantíssimo, que consiste na socialização apenas dos conhecimentos que são parte constitutiva do sistema, estruturado e fomentado de forma fragmentada e reprodutivista, assim o conhecimento se dá de forma profundamente desigual e seletiva, sendo este procedimento camuflado pelo discurso de respeito, de democracia e pela subordinação dos objetivos da educação a lógica de permanente esforço e necessidade de mudanças para inovação da vida, da educação e do trabalho – normalmente a precarização deles, como vemos diariamente no Brasil. É no mesmo sentido dessa contradição que deve-se realizar um movimento contrário a ela: a fundação de uma educação favorável aos interesses de classe e na luta pela efetivação da socialização do conhecimento como eixo central como aquilo que dá sentido a existência.

A educação – no estado neo-liberal - enquanto instituição enfatizada como exclusivista para ação de reflexão para poucos, transforma-se puramente em verbalismo alienante e alienado para manutenção das estruturas antagônicas aos interesses sociais e aversa ao bem-estar social. Assim, a palavra torna-se privilégio e não direito de todas as pessoas. Para Freire (2005) é

necessária a ação dialógica mediatizada pelo mundo para que se ganhe a compreensão e se dê a significação a existência em busca da verdade, onde todos possam pronunciar-se e assim pronunciar o mundo para a libertação de todos. E acrescenta

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também na história. (...) Contra toda a força do discurso fatalista neoliberal, pragmático e reacionário, insisto hoje, sem desvios idealistas, na necessidade de conscientização. (FREIRE, 2002. p. 31)

Contudo, na atual recessão democrática que o Brasil enfrenta, ocasionada pela onda neoliberal representada, aqui, pelo presidente da república, a educação tem sido usada em sua contradição como silenciadora dos discursos. A queda no número de bolsas de pesquisa, investimentos em alfabetização e apoio a educação integral zerados, além do bloqueio – e porque não cortes - de quase R\$ 6 bilhões no orçamento da pasta impactando desde a educação infantil a pós-graduação³, representam a efetiva ação do governo em tentar silenciar pesquisadores e estudantes ameaçando o futuro do país através de discursos midiáticos e sem quaisquer respaldos que encontram nos defensores do governo – os bolsonaristas – esteio para ploriferação de ideia desarraigadas da realidade. É esse contexto que Levitsky e Ziblatt (2018) descrevem o arruinamento da democracia se dando de forma menos dramática e destrutiva pelo desmantelamento e decaimento, aos poucos e de forma praticamente invisível, de seus processos e instituições. Os muitos esforços do governo eleito para subverter a democracia encontram respaldo nas leis, no congresso e nos tribunais, tidos até mesmo como esforços de melhora do país criando um cenário de perplexidade e confusão. Como não há um momento de ruptura, os sujeitos acreditam estar vivendo o processo democrático; já os que denunciam os abusos são considerados alarmistas e exagerados, e logo, silenciados.

Assim, não há como sermos mais específicos sem sermos contundentes ao constarmos que: a erosão da democracia pela destruição da educação é uma forma de silenciamento ocasionada pelo governo Bolsonaro e sua efetivação pragmática está em curso em uma tentativa de reverter a lógica social, manter os *status quo* que envolvem a sociedade brasileira e aprofundar ainda mais os abismos sociais, nos distanciando de um estado de bem-estar social. Dessa forma, a educação entra no jogo político ao tornar-se cada vez mais alienante e alienada no processo de acesso ao conhecimento e formação da consciência crítica, e é na

³ <http://bit.ly/2Tp99U8>

compreensão dessa contradição que reside sua reversão estrutural. Não é tão distante desta realidade que Ernani Maria Fiori (1967) postula no prefácio de *Pedagogia do Oprimido* (2005) que “em sociedades cuja dinâmica estrutural conduz à dominação de consciências, a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes”, mas em seguida descreve o remédio para essa compreensão anti-dilógica, impopular e geradora de desigualdades

A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições, de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica. (...) Talvez seja este o sentido mais exato da alfabetização: aprender a escrever sua vida como autor e testemunha de sua história, isto é, biografar-se, existenciar-se, historicizar-se. (FIORI, 1967. p.11)

Nesse mesmo sentido, a tese da universalidade da educação e sua forma pública como forma de afirmar que a mesma é para todos encontra-se inviabilizada por carecer de políticas públicas e de total incentivo financeiro, o que Darcy Ribeiro atentamente denunciou em seu discurso, proferido ainda em 1977, durante a 29ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência: “Em consequência, a crise educacional do Brasil, da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa. Um programa em curso, cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos”. O entusiasmo da educação como direito de todos e condição fundamental para melhoria – ou até desaparecimento – de desigualdades, embora representasse uma mudança de paradigmas experimentados nas décadas anteriores a esta, não permitiu a construção de uma base sólida para a democracia no Brasil. Assim, hoje, a escola pública é ainda deficiente, sobretudo em regiões rurais e no atendimento de especificidades de grupos segregados socialmente, sendo perceptível a ausência de conscientização e organização de todos. Dessa maneira, segundo Brandão (2006) “todo o processo de modernização do sistema escolar não resultou, até agora, em uma oferta de educação compatível com as necessidades de instrução, formação, instrumentalização e capacitação das pessoas do povo.” (BRANDÃO, 2006. p. 21)

Nessa conjuntura, para Gadotti (2000), é na educação popular que encontramos a conscientização como característica fundamental, através de práticas e reflexões, que levam em consideração a organização, o poder transformador a partir da reestruturação do pensar, do ser e do fazer a educação. Segundo ele, as práticas de educação popular possibilitam a democratização e oferece alternativas para a reforma da escolarização pública, vinculada à localidade, onde aprender a partir dos conhecimentos dos sujeitos, ensinar a partir de temas geradores destes, detém em si a educação como ato libertador, passível de transformação social e política da educação, sendo considerada uma pedagogia crítica universal. Do povo, pelo povo e para o

povo, assim é dada a educação popular e é aí que reside o aversamento dos bolsonaristas pela imagem e pensamento de Paulo Freire, mas é também para eles, a partir do ideal de libertação, que a educação popular se manifesta, não para poucos ou para alguns, mas para todos.

É neste mesmo sentido que Candotti (1999) falando sobre ciência e educação popular acrescenta

A responsabilidade maior que temos, acadêmicos e cientistas, é a de educar. Para entender e transformar o mundo. Para torná-lo mais justo e igualitário. Se procuramos o novo, é para contá-lo aos nossos alunos, próximos ou distantes, e ensinar aos jovens como conservar viva a chama da curiosidade. Construir com eles imagens do que nunca antes se tinha visto ou pensado. (CANDOTTI, 1999. p. 22)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Claramente as denúncias aqui feitas a partir da leitura da realidade não são produto do movimento Bolsonarista e seríamos reducionistas se o fizéssemos ou considerássemos que fosse, mas a total afronta a ciência e a educação, bem como os ataques diretos e evidentes, demonstram total desprezo com estas a fim a reduzir a compreensão dos sujeitos a realidade que os inserem e ao mundo que os rodeia. Maculam de forma profunda o processo de progresso da sociedade e abrem ainda mais abismos sociais que podem ser permanentemente duradouros se algo não for feito urgentemente. Mas é aqui que colocamos nossa aposta de mudança e reversão, a partir da educação popular, num panorama amplo para contradizer o movimento Bolsonarismo e pensar a institucionalização de um estado de bem-estar social, bom para todos os povos, para todas as pessoas, para todos os desiguais na medida de suas desigualdades e por seguinte para todos os iguais na medida de suas igualdades, justo e igualitário.

A conscientização das classes populares que agora integram, em parte, o movimento bolsonarista devem aprender a partir do tralho pedagógico a pensar por si mesmas desvelando as mentiras impostas e fazendo a prática política com liberdade na construção progressiva e dialógica de dias melhores para todos. A ilegitimidade do poder conquistado a partir de falácias impedem o progresso, a verdade deve ser conquista e conduzida em bases dialógicas, levando em consideração o que Brandão (2006) afirma ao dizer que

O interesse político de tornar, também a educação, um instrumento de reprodução da desigualdade e de ocultação da realidade à consciência, aparece como uma questão de trabalho técnico sustentado por princípios de ciências neutras. Assim, a educação que serve, nas mãos do poder que oprime, para

ocultar de todos a própria realidade da opressão e para fazer os homens cada vez mais diferentes pelo grau diferenciado de saber que distribui, oculta-se a si mesma. Parte do próprio trabalho da educação opressora é disfarçar-se de “neutra”, de “humana” ou de “democratizadora”. Ela pode melhorar pedagogicamente, mas politicamente apenas aumenta o poder de dividir e iludir.

Daqui surge a ideia de conscientização como prática humanamente refletida para a compreensão do mundo. Conscientização crítica, criativa e comprometida que reflita aos poucos mais a cara das classes populares, se desvelando do agenciamento da educação como instituição de controle e na luta pela superação das desigualdades tão fortemente instituídas (BRANDÃO, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste trabalho não é trazer constatações imediatas, mas provocar desconfortos na busca por um horizonte humanizado e criticamente consciente através do movimento dialógico da educação com os movimentos antagônicos, além de evidenciar a educação popular de forma a permitir a construção de um saber socialmente referenciado, gratuito e de qualidade a partir da sua efetivação na escola pública. Sem dúvidas há a necessidade que saíamos do campo das abstrações, dessas paredes, efetivando nossos discursos por meio da práxis pedagógica para que finalmente ultrapassemos o paradigma da educação popular para sua real consumação como prática pedagógica possível, não apenas para superação de um pensamento odioso e falacioso presente na atual conjuntura brasileira, mas para a superação das desigualdades sociais e a instituição de um estado de bem-estar possível, através da luta pela educação popular.

Por fim, Saviani (2012) acerta em dizer que “essa luta, por si mesma, não revolucionará a sociedade pelo simples fato de que a escola não tem o poder de mudar a sociedade” (SAVIANI, 2012. p.4). Mas Freire (1979) nunca, jamais, caducará ao dizer que a “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo. (FREIRE, 1979. p. 89).

O caminho, a saída, o reencontro do povo com o povo, é de fato mediado pelo mundo e se dá pela garantia do acesso à educação. Ela sim revolucionará os pensamentos daqueles que, em breve, revolucionarão a sociedade por meio do acesso ao conhecimento socialmente referenciado, pondo em fim ao projeto de desumanização instalado pelo governo.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CANDOTTI, Ennio. Ciência na Educação Popular. **Jornal da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 407, p.0-0, mar. 1999.
- COIMBRA, Marcos. Coimbra: bolsonarismo é uma doença e os doentes não querem se tratar. **Brasil 247**. Brasil. 13 abr. 2019.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A Abordagem Sócio-Histórica como Orientadora da Pesquisa Qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 1, n. 116, p.21-39, jul. 2002.
- GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p.3-11, abr. 2002.
- KALIL, Isabela. ‘Bolsonarismo é maior que Bolsonaro’: projeto punitivista ameaça democracia, diz antropóloga. **Diário do Centro do Mundo**. São Paulo. 29 jul. 2019.
- LOFF, Manuel. O bolsonarismo é o neofascismo adaptado ao Brasil do século 21. **Pública: Agência de Jornalismo Investigativo**. São Paulo. 29 jul. 2019
- MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da Educação**: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. São Paulo: Edições Loyola, 1988.
- MOLON, Susana Inês. Questões metodológicas de pesquisa na abordagem sócio-histórica. **Informática na Educação**: teoria e prática, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p.56-68, jun. 2008.

MORAES, Josy; MISOCZY, Maria Ceci. Paulo Freire: a pedagogia da organização. In: MARTINS, Paulo Emílio Matos; MUNTEAL, Oswaldo (Org.). **O Brasil em Evidência: a utopia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: PUC Rio / FGV, 2012. Cap. 8. p. 58-86.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. The Bolsonaro Effect. **Jacobin Mag**. New York. out. 2018.

PIZZANI, Luciana et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Regista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 10, n. 1, p.53-66, jul. 2012.

SARTRE, Jean-paul. **O que é subjetividade?** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SAVIANI, Demerval; DUARTE, Newton. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.